

Transexualizando a crise estrutural do patriarcado produtor de mercadorias

Ana Elisa Cruz Corrêa (COLTEC/UFMG)

Diadorim Maria Rodrigues (PUC-MG)

Resumo

Com este texto temos o objetivo de apresentar a partir do materialismo histórico-dialético uma análise de desafios para produção e reprodução da vida das mulheres transexuais e travestis no Brasil. Como parte da periferia do capitalismo global, entendemos este sistema como um patriarcado produtor de mercadorias em profunda crise do trabalho produtor de valor, o que tem como consequência central um asselvajamento das relações sociais que afetam principalmente setores mais vulnerabilizados. Este é o caso desse grupo social que congrega em si uma série de características-alvo de violências: mulheres, trans, “negras” e, em sua maioria, trabalhadoras sexuais. Para tal, buscamos levantar elementos que qualificam essa condição e complexificam a relação entre esses elementos, buscando delinear uma crítica ao próprio trabalho e seus imperativos patriarcais e racistas.

Palavras-chave: mulheres transexuais e travestis; crise; patriarcado produtor de mercadorias; asselvajamento.

Abstract

This text aims to present, based on dialectical historical materialism, an analysis of the challenges to the production and reproduction of the lives of transgender and transvestite women in Brazil. As part of the periphery of global capitalism, we understand this system as a patriarchy that produces goods in a deep crisis of value-producing labor, which has as its central consequence a savaging of social relations that mainly affect the most vulnerable sectors. This is the case of this social group that brings together a series of characteristics that are targets of violence: women, trans, “black”, and, for the most part, sex workers. To this end, we seek to raise elements that qualify this condition and elaborate profoundly the relationship between these elements, seeking to outline a critique of labor itself and its patriarchal and racist imperatives.

Keywords: transsexual and transvestite women; crisis; commodity-producing patriarchy; savagery.

“As prostitutas são a carne produtiva subalterna do capitalismo global.”
(Preciado, 2020: 97)

1. Introdução: “Eu determino que termine em mim, mas não acabe comigo”¹

Quando Camila Sosa Villada diz no início do seu conto “Seis tetas” que é preciso escrever, escrever, agora, no fim do mundo, ela o faz porque os acontecimentos “fervem” e “tudo arranha, morde ou envenena” (Villada, 2022: 165). Neste conto distópico mas nem tão distópico, escatológico mas não iminente - já está acontecendo -, as travestis começam a ser perseguidas pelos drones, incitando suas mortes e a morte daqueles que se relacionaram com elas: “TODO TRAVESTI DEVE MORRER E, COM ELE, TODOS QUE OS TOCARAM TRÊS VEZES! COLABOREM COM O MUNDO! MATEM UM POUCO!” (*idem*: 168). Primeiro, uma delas não pode sair sozinha; depois, outra foge desesperada de um grupo de adolescentes que querem apedrejá-la. Aos poucos, as travestis começam a ser mortas e a única solução é fugir. Nos limites da cidade estão “as travestis que carregavam seus pais nos braços, travestis muito velhas, algumas que não chegavam a ter quinze anos” (*ibidem*: 174). Elas precisam se refugiar nas montanhas, como pássaros, panteras, morcegos e felinas do fim do mundo.

Esse conto de Villada nos inspira a pensar em como as populações dissidentes são tratadas quando os últimos limites do sistema são acionados. E este é justamente o que parece estar em movimento no capitalismo contemporâneo. A sociedade em que se vive hoje, a sociedade da crise do trabalho produtor de valor, está fundada na predominância do trabalho morto sobre o trabalho vivo no processo produtivo. À medida em que os robôs substituem o trabalho humano, os processos produtivos, sejam estes de mercadorias materiais ou imateriais, de produtos ou serviços, do canto da cantora à fábrica de autopeças, são marcados por uma produção anêmica de valor. Partindo dos termos de Marx (2011), o capital constante - antes visível nas gigantescas máquinas, agora invisível nos algoritmos da inteligência artificial - prevalece de forma avassaladora e inescapável nos processos produtivos. Uma das expressões da ficcionalização do valor que abarca todas as esferas econômicas é a financeirização que domina o processo produtivo de forma determinante (Pitta, 2016). A quantidade de trabalho humano posta em movimento é tendencialmente mínima perante as rendas que

¹ Oração, música de Linn da Quebrada part. Jup do Bairro, Alice Guél, Danna Lisboa, Liniker, Ventura Profana, Urias e Verónica Decide Morrer (2019).

propicia, multiplicando em milésimas camadas sua reprodução ampliada no mercado de futuros (Kurz, 2010).

Contudo, não é por estar em crise que o trabalho como única fonte de reprodução possível da vida perdeu a sua força ou deixou de ser um imperativo nas sociedades capitalistas contemporâneas. É justamente o contrário: é na crise que a dimensão coercitiva do trabalho se intensifica em um sistema que atinge seu limite absoluto. Nunca se trabalhou tanto. Ao mesmo tempo, esse excesso de trabalho (*quase sem valor*), expresso em uma verdadeira “pandemia de *burnouts*”, é acompanhado *pari passu* por um desemprego estrutural crônico que assola os centros e periferias globais. Quantidades incontáveis de trabalhadores informais, intermitentes e ilegais marcam a novíssima sociedade do trabalho. Mesmo esse trabalho “fora da curva” se encontra cada vez mais uberizado, isto é, mediado pelos robôs algorítmicos e pela dinâmica *just in time* do trabalho sob demanda (Abílio, 2020).

Impulsionado pela necessidade incessante de valorizar valor, com a revolução da microeletrônica que se iniciou na década de 1970, o trabalho humano é desvinculado cada vez mais da produção de riquezas ao mesmo tempo que segue sendo a fonte fundamental do valor, o que gera como consequência uma crise estrutural global do “patriarcado produtor de mercadorias” (Scholz, 1999). Os efeitos dessa crise são sentidos por toda a humanidade, entretanto, os setores mais vulnerabilizados sofrem seus impactos de forma ainda mais imediata e ostensiva, como, por exemplo, mulheres (Gonçalves, 2019), pessoas da comunidade LGBTQIA+, pessoas racializadas, imigrantes, população em situação de rua, pobres.

Nesse sentido, propomos aqui uma reflexão sobre as condições de produção e reprodução da vida das mulheres transexuais e travestis inseridas no mercado do sexo na periferia global, denotando esse quadro de asselvajamento do patriarcado capitalista nos momentos mais acentuados da sua crise.

Para tanto, valemos-nos na segunda parte deste texto da compreensão, sobretudo, da crise estrutural sistêmica a partir do campo de pensamento da crítica do valor-dissociação para pensarmos como essa crise afeta de forma mais violenta e explícita algumas populações (Kurz, 2012; Scholz, 1999). Somado a isso, trazemos o pensamento de Aníbal Quijano (2005) para pensar a invenção da “raça” como um instrumento capaz de despender às populações não brancas outras formas de atividade humana, dificultando (ou impedindo) seu acesso ao trabalho assalariado, enquanto um produtor de valor, no contexto da colonialidade do poder - entendendo o colonialismo

como traço fundante da modernidade/colonialidade e do estabelecimento do capitalismo como uma força (auto)destrutiva deste momento histórico.

Na terceira seção deste trabalho, buscamos articular as contribuições supracitadas para auxiliar a pensar as especificidades que acometem as mulheres trans e travestis, buscando identificar como a atividade humana característica do capitalismo (o trabalho abstrato) se relaciona com essa população. A partir dos dossiês de assassinatos e violências contra pessoas trans e travestis publicados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) em suas pesquisas anuais (de 2017 a 2025), observou-se que o trabalho sexual se apresenta como única fonte de renda para 90% das mulheres trans e travestis (ANTRA, 2021). Disso, temos que as profissionais do sexo compõem provavelmente a parcela mais vulnerável da força de trabalho no capitalismo contemporâneo, o qual podemos denominá-lo também de capitalismo farmacopornográfico (Preciado, 2023). Além disso, segundo um estudo divulgado em maio de 2024, apenas 0,38% dos postos de trabalho formais no país são ocupados por pessoas trans (G1, 2024), evidenciando um cenário de marginalização quase total dessa população no mercado formal de trabalho.

Ainda na terceira seção, tencionamos pensar a crítica ao trabalho enquanto abstração da modernidade. Mas não somente a crítica ao trabalho sexual, uma vez que criticá-lo *per se* é escamotear o cerne das opressões globais e mais cotidianas impostas por todas as ocupações que entendemos como *trabalho*, ao mesmo tempo que desconsidera e suplanta as arenas de autonomia, autogestão e resistência que as profissionais do sexo desempenham no mercado do sexo. A categoria “trabalho” é nuclear para a análise deste artigo, sendo também nuclear no campo da crítica do valor-dissociação, assim como a categoria “mercados do sexo”, articulada por Piscitelli (2016), por ajudarmo-nos a compreender as nuances e inflexões dos intercâmbios econômicos e sexuais e seus agentes.

A relação entre esta teoria da crise e as condições das mulheres trans e travestis inseridas no mercado do sexo no Brasil tem nos possibilitado acessar distintos olhares sobre precarização, informalidade e estigmatização do trabalho sexual em um quadro de crise estrutural do capitalismo. Sabe-se que as profissionais do sexo estão expostas aos riscos de violência e estigma em virtude da criminalização e precarização dos seus locais de trabalho, produzindo, portanto, inseguras e precárias formas de exercê-lo. É fundamental pensar essa realidade a partir de uma compreensão mais ampla, que aborde uma teoria da crise societária transnacional.

A construção deste texto se deu ao longo de um processo de pesquisa que se iniciou em 2022 com a iniciação científica realizada por Diadorim Maria Rodrigues, então graduada em Ciências Sociais (FAFICH/UFMG), e orientada por Ana Elisa Cruz Corrêa, professora de Sociologia no Colégio Técnico (COLTEC/UFMG). A pesquisa integrou um projeto coletivo de pesquisa intitulado “Crise e Movimentos Sociais: dilemas contemporâneos do feminismo”. Em setembro de 2022, foi apresentada uma elaboração preliminar sob título “A nova Eva - filha das travas, obra das trevas: transexualizando a crise estrutural do patriarcado produtor de mercadorias”, no GT “Marcadores Sociais da Diferença: raça, gênero e sexualidade em perspectiva”, em evento organizado pelo Programa de Educação Tutorial (PET) das Ciências Sociais da UFMG. Essa apresentação permitiu que pares sugerissem leituras que contribuíram com essa construção, sendo, com certeza, um fator que possibilitou novas abordagens teóricas. Além disso, o estágio (2021-2023) realizado por Rodrigues na Diretoria de Políticas para a População LGBT (DLGBT) da prefeitura de Belo Horizonte foi fundamental para compreensão concreta do papel da política pública e seus limites no atendimento à população trans, bem como para conhecer de perto algumas das relações entre sociedade civil, Estado e movimentos sociais. O contato com as trabalhadoras sexuais da cidade despertou interesse, além, sobretudo, da inspiração provocativa da literatura de Camila Sosa Villada e de outras autoras “putafeministas”.

Nesse sentido, metodologicamente essa comunicação é fruto de análises que partem teoricamente do campo do materialismo histórico-dialético e da crítica do valor-dissociação, de levantamento e estudo bibliográfico sobre produções sociológicas sobre as populações transexuais e travestis no Brasil, em especial as mulheres trans, análise de dados sobre esta mesma população (principalmente os elaborados pela ANTRA). Por fim, esse texto conta com a inspiração que volta e meia buscamos expressar de uma importante literatura que vem sendo produzida por essas mulheres e que conta, seja de forma autobiográfica ou ficcional, sobre importantes elementos de sua realidade cotidiana.

Propomos uma abordagem não convencional na bibliografia atual dessa relação entre crise e trabalho sexual, entendendo que importantes aspectos da condição específica das mulheres trans e travestis não estão plenamente contemplados neste estudo. A produção crítica sobre essa questão é escassa, seja no campo da crítica do valor-dissociação, seja no mais amplo espectro do marxismo ou mesmo da sociologia do trabalho em geral. Mediante essa ausência, buscaremos manejar o pêndulo,

principalmente pela atenção em reconhecer também os limites da análise que aqui propomos.

2. “Histericamente histórica, historicamente estóica”²: crise estrutural e os imperativos do patriarcado produtor de mercadorias

Para continuar a existir, o capital teria de ser não apenas diferente, mas completamente oposto ao seu modo de reprodução atual, o que significa, portanto, tomar outra forma e conteúdo. Segundo Marx (2011), o seu desenvolvimento é o que justamente nega sua própria existência. Assim, teria que castrar a sua lógica irracional e cega e restringir-se dentro de seus limites para continuar existindo. Ele teria, segundo István Mészáros³ (2002: 252), que renunciar ao valor de troca pelo valor de uso e passar da forma geral da riqueza para uma forma específica e tangível, não obstante, é incapaz de fazê-lo, pois seria, portanto, contra a sua natureza: um modo alienado e reificado do processo de controle. Chega a um beco sem saída, justamente porque subordina as restrições do valor de uso e da necessidade humana. Desse modo, o imperativo expansionista do capital desconhece qualquer ordem de restrição, porque “restrição” significa crise. A destruição da natureza e da vida social em escalas cada vez mais infinitas não é nada perto da ânsia de reprodução do sistema sociometabólico e é por isso que o capital se supera contra tudo, até mesmo contra os seus pressupostos de existência.

A contradição é o seu imperativo, uma vez que, enquanto sistema, ele se ergue sobre contradições: na medida em que o capital necessita de valor para a sua manutenção, ele acaba negando-o, ao responder aos imperativos da concorrência. Impulsionado por esta, contemporaneamente transnacional, o capital avança para além dos seus limites na ânsia por mais valor, nega trabalho vivo em detrimento de trabalho morto: em última instância, a vitória da morte sobre a vida. Em outras palavras, somente o trabalho humano produz valor, mas na contramão disso, o sistema de concorrência impele os capitalistas individuais a ampliarem o seu lucro mediante a redução dos custos, quando incrementam o trabalho morto no processo produtivo.

Acontece, portanto, um acirramento da atuação capitalista. O neoliberalismo surgindo em um contexto de crise parece vir como uma medida “contra-arrestante” (Marx, 1984) às quedas das taxas de lucro, ao passo que avança sobre o campo das

² pense & dance, música de Linn da Quebrada, 2021.

³ Apesar de estarmos cientes que Mészáros não compreende a crise estrutural do capitalismo como uma crise de valor e trabalho, o autor é mobilizado aqui para pensar a insustentabilidade do sistema capitalista.

políticas sociais e do mundo do trabalho, por exemplo, a fim de espoliá-los e transformando-os em áreas de uma possível extração de valor (Harvey, 2004). Dentre as diversas formas de violência produzidos por esta espoliação, há o sucateamento das políticas públicas quanti e qualitativamente; o recrudescimento da segurança pública, da polícia e do aparato punitivo do Estado; contenção dos “inimigos da ordem”, exemplificados por movimentos sociais, sindicatos, militantes, intelectuais e classe artística; exploração de recursos naturais e crise ambiental.

Um elemento que permite analisar essa conjuntura de crise vem da crítica do valor-dissociação, sobretudo de Roswitha Scholz, e a sua tese do asselvajamento do patriarcado, principalmente quando se pensa o capitalismo fundado na assimetria de gênero. Na segunda metade da década de 1980, pululavam prognósticos de que haveria um dismantelamento e uma dissolução das hierarquias de poder que recaiam sobre as mulheres. O pressuposto para tais análises era de que, mediante as tendências de individualização, as mulheres teriam ganhado mais agência de ação em detrimento do enfraquecimento da família nuclear. A despeito de teses que viam um fim do patriarcado, Roswitha Scholz (1998) encara esse processo de recrudescimento da crise estrutural do capitalismo como um motivo que intensifica a violência contra as mulheres.

Sob a perspectiva da crítica do valor, o trabalho é uma atividade inscrita em um contexto específico, o capitalismo, de modo que não se afigura como uma atividade humana *per se*, mas como uma atividade social intrínseca ao capital. Assim, a produção, que outrora nas sociedades pré-modernas tinham como objetivo a utilidade, “o sistema de produção de mercadorias caracteriza-se pelo automovimento do dinheiro, pelo ganho de valor (mais-valia) através de transformação de trabalho vivo em *quanta* de trabalho morto e abstrato” (Kurz, 1991: 15 *apud* Scholz, 1998).

Scholz traz foco ao fato de que existam atividades no capitalismo que não são feitas ou que não podem ser feitas diretamente no processo produtivo mas que são essenciais para sua existência. Por exemplo, atividades reprodutivas do lar e de educação das crianças, que foram, desde o advento do sistema produtor de mercadorias, relegadas às mulheres. Assim, para Scholz (1998: s.p.), “a relação hierárquica de gênero no patriarcado produtor de mercadorias é essencialmente determinada por esta dissociação de atividades, qualidades e atribuições específicas de gênero”.

A autora destaca que, em geral, a educação dos filhos é posta como responsabilidade das mulheres, mesmo com progressiva dissolução do casamento e da

família em sua forma tradicional. Cabe também às mulheres o cuidado do *oikos*, que agora sofre cada vez mais com a sobrevivência material, de modo que o trabalho reprodutivo é sacrificado em prol do trabalho remunerado. De todo modo, seguem sendo não excludentes, reiterando duplas, triplas ou quádruplas jornadas.

Não obstante, outro elemento que se relaciona no processo de constituição das forças capitalistas é a classificação social da população mundial conforme a ideia de “raça”⁴, que permeia as dimensões mais importantes do poder mundial e a sua respectiva racionalidade, o eurocentrismo (Quijano, 2005: 117). Assim, além de mobilizar a chave da dissociação de Scholz, é imprescindível compreendermos a crise estrutural do patriarcado capitalista em suas raízes moderno/coloniais. Desse modo, ao ser organizada em torno do capital e do mercado mundial, a constituição da América favoreceu a hegemonia de um novo padrão de poder. Essa organização, contudo, foi possível mediante a criação de uma ideia moderna de “raça”, que, por sua vez, não existia antes da América. A partir dessa invenção racial, foram relegadas às populações “não brancas” o trabalho não assalariado em detrimento da forma social por excelência do capitalismo (o trabalho assalariado) para as populações “brancas”.

Essa ideia moderna de “raça” foi utilizada pelos colonizadores para submeter os colonizados em supostas estruturas biológicas distintas, de modo a situá-los em uma posição de inferioridade. Assim, “essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia” (*ibidem*). E na medida em que essas relações foram se configurando, configuraram-se também as hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes. Segundo Quijano, a ideia de “raça”, desde a colonização, passou a ser o meio mais eficaz e durável de legitimação da dominação ao passar a depender de outro instrumento igualmente universal (apesar de mais antigo), o de gênero.

No movimento de constituição da América, as formas de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição foram ordenadas em torno da relação capital-trabalho e do mercado mundial, de modo que foram incluídas aí a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário. Entretanto, cada uma dessas formas serviam a um novo propósito, não sendo extensões de seus formatos anteriores. Decorre daí uma sistemática divisão racial do trabalho. O

⁴ Colocamos a categoria “raça” entre aspas para demarcá-la enquanto uma construção social moderna/colonial, bem como esse recurso aparece nos escritos de Aníbal Quijano, Maria Lugones e, em itálico, na obra de Grada Kilomba.

ponto central é: a divisão racial das novas identidades sociais foi combinada com uma distribuição racista do trabalho e das formas de exploração do capitalismo colonial (Quijano, 2005).

E foi se organizado, desse modo, a percepção de que o trabalho assalariado seria privilégio dos “brancos”, enquanto as populações “não brancas” teriam que trabalhar a serviço de seus amos. Quijano argumenta que, ainda hoje, não seria possível explicar o menor salário dado às pessoas “não brancas” em comparação ao mesmo trabalho feito por uma pessoa “branca” sem recorrer à classificação social racista da população do mundo. Com efeito, pensar a centralidade do trabalho e, conseqüentemente, o trabalho sexual, neste presente texto requer pensar também a divisão racial do trabalho atrelada à vulnerabilidade que as populações transfemininas têm no capitalismo em crise estrutural. De modo que, como veremos adiante, os índices de violência contra mulheres trans e travestis afetam um número muito maior de pessoas racializadas.

Dessa maneira, pensar como a mulher “negra” está inserida em uma sociedade de classes é crucial para entender como sua força de trabalho é explorada. Para tanto, partimos das contribuições de Lélia Gonzalez (2020) acerca de como a mulher “negra” é vista pela sociedade a partir de dois tipos de qualificação “profissional”: a doméstica e a “mulata”. Interessa-nos aqui pensar o que a autora chama de profissão da “mulata” para coadunar com a hiperssexualização que acomete a mulher “negra” trabalhadora sexual. Mas antes, é importante ter em mente que a mulher trans e travesti “negra” acaba por sofrer de uma dupla hiperssexualização, ancorada no racial e no gênero.

A “mulata”, nesse sentido, não remete mais ao seu sentido que outrora tinha (filha de mestiça de preto ou preta com branco ou branca) - refere-se, hoje, a um “produto de exportação” (Gonzalez, 2020: 59). Sob uma imposição sistêmica, jovens “negras” têm seus corpos expostos em um processo de alienação, através do “rebolado”, para o “deleite do voyeurismo dos turistas e dos representantes da burguesia nacional” (*idem*).

No livro “E se eu fosse puta”, composto por relatos autobiográficos de Amara Moira (2018), uma travesti “branca” trabalhadora sexual doutora em Literatura pela Unicamp, esse elemento da hiperssexualização aparece no discurso, mas sendo direcionado a uma pessoa “branca”. Ao longo do texto, inúmeras vezes Moira é “elogiada” por ser “branquinha demais” para estar ali se prostituindo, como se vê no seguinte trecho: “falava mais do que a boca, mãos, olhos, indo de ‘você é bonita demais pra estar aqui, tão branquinha’ a ‘vou te tirar dessa vida, te assumir, você vai ver’, olha

o naipe” (Moira, 2018: 141). O que nos faz retornar ao exemplo trazido por González sobre a “mulata”, de forma a atualizar o mito da “democracia racial” brasileira. Uma vez que são tão desejadas, reencena-se o velho ditado: “preta pra cozinhar, mulata para fornicar e branca pra casar”.

Todos esses preconceitos estruturais, contra mulheres, pessoas “negras” e pessoas trans, empurram populações para o trabalho informal/ilegal, e produzem violências diversas, combinando-se com o a visão negativada do trabalho sexual. Como Preciado (2023: 276) argumenta, o trabalho sexual e pornográfico está suscetível a um tipo de “exploração que leva ao limite a força ontológica de toda relação de exploração”, parecendo como aquele que de forma mais eficaz reduz o trabalhador a uma essência natural, carimbando-o para o resto da vida, dificultando sua reabsorção em outros mercados de trabalho”, sendo os trabalhadores da indústria farmacopornográfica “uma espécie maldita”, em virtude do estigma.

Portanto, pensar os eixos pelos quais o patriarcado produtor de mercadorias atua, implica em considerar o elemento da dissociação e o da colonialidade do poder, além de compreender a forma-trabalho em uma sociedade de classes como uma forma de dominação. Nesse sentido, o trabalho sexual é lido aqui como chave para pensar a questão das mulheres trans e travestis, não como sinônimos entre identidade de gênero e profissão, mas como profissão imposta ou quase sempre como única “opção”, conforme veremos no tópico seguinte.

3. “Serei-a do asfalto, rainha do luar”⁵: mulheres trans e travestis no trabalho sexual

Nesta seção do texto, objetivamos pensar o trabalho sexual a partir dos relatos contidos no projeto “Translado: narrativas trans da Av. Pedro II” (2018) e dos relatos de Amara Moira (2018), além da autobiografia de Luísa Marilac (2019) e da autoficção de Camila Sosa Villada (2021). Confrontamos o conteúdo destes textos sociológicos e literários com os dados dos dossiês de assassinatos da ANTRA, de forma a expor o quadro de vulnerabilidades ao qual as profissionais do sexo trans e travestis estão expostas. Por fim, apresentamos uma crítica ao trabalho enquanto fim em si mesmo, isto é, ao ser em princípio uma forma abstrata de dominação.

A partir das contribuições de Piscitelli (2016), consideramos a noção de “mercados do sexo” pertinente para a análise do fenômeno. Segundo a autora, essa

⁵ Serei A, música de Linn da Quebrada part. Liniker (2017).

noção foi disseminada no Brasil para compreender as inúmeras “escalas” que constituem o mercado do sexo e o trabalho sexual, desvinculando a prostituição como a única forma de atividade sexual inscrita neste contexto, além de proporcionar uma análise *conjunta* de outras trocas que não se assemelham, necessariamente, à prostituição. Além disso, a noção de “mercado do sexo” permite compreender as “distribuições desiguais de poder que permeiam essas trocas e sua expressão na articulação entre gênero e outras categorias de diferenciação” (Piscitelli, 2016: 5). Assim é possível a compreensão da subalternização e o estigma que marcam essas interações, sem ignorar, por outro lado, as agências imbuídas nessas trocas, sobretudo cooperativas de autogestão, associações e movimentos sociais.

No Brasil, o trabalho sexual é reconhecido pela Classificação Brasileira de Ocupações no item 5198-05, reconhecendo a prostituição como profissão (CBO, 2025). Contudo, não é regulamentada em lei, fator que impossibilita que as trabalhadoras tenham acesso aos direitos trabalhistas. Dessa forma, o trabalho sexual não é legalmente criminalizado *per se*; mas é crime a prática do rufianismo, isto é, segundo o art. 230 do Código Penal, “tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo se sustentar no todo ou em parte por quem a exerça” (Brasil, 2009).

Não obstante, apesar de não ser criminalizada (mas também não é regulamentada), não é apenas a prostituição que vulnerabiliza as mulheres trans e travestis, muitas vezes sendo esta efeito de uma série de violências e retrições. Segundo o dossiê da ANTRA (2022), seria “a urgência de suas necessidades, somadas às transfobias, às diversas exclusões (social, familiar, estatal, etc) e às dificuldades de acesso à educação e ao mercado formal” que complexificam esse quadro. Moira (2018: 33) diz algo parecido quando escreve:

(...) meu medo era, antes, a violência da exclusão, me ver pária da noite pro dia, tratada feito lixo, perder família, amigos, círculo social, não ter um teto pra chamar de meu, o direito de continuar estudando, de poder buscar emprego que não fosse esse que não consideram emprego: puta.

Segundo a ANTRA (2021), 90% da população de travestis e mulheres transexuais utilizam a prostituição como fonte primária de renda. Ao longo do ano de 2021, através de pesquisas realizadas pela Associação que buscaram estabelecer diálogos informais com diversas profissionais do sexo trans, constatou-se que aproximadamente 65% afirmam que estariam em outra profissão se tivessem oportunidade. Destas, algumas alegaram, apesar disso, que teriam dificuldade de se adaptar à nova rotina, por exemplo, por conta do medo de serem vítimas de transfobia

ou de assédio e do receio quanto aos baixos salários. Além disso, outras 23% afirmaram que desejariam continuar naquela atividade. As demais, 12% restantes, prefeririam não ter que decidir e sugeriram que, mesmo empregadas, seguiriam fazendo uma espécie de complementação de renda com a prostituição.

Adentramos, por fim, nas estatísticas da ANTRA de modo a complexificar as questões implicadas nesse contexto. Antes de analisar as informações contidas nos mapas e dossiês de Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil, é importante mencionar alguns elementos sobre a metodologia utilizada e os limites da Associação. Primeiro, são sempre informações subnotificadas, uma vez que não existem dados oficiais referentes a essa população. E segundo, ainda que a ANTRA seja fruto de uma articulação de mais de 200 instituições em todo o Brasil, isso já em 2017, ela não conta com recursos financeiros e materiais para estar presente em todos os ambientes, seja de forma virtual, seja *in loco*.

Abaixo apresentamos alguns dados dos dossiês produzidos de 2017 a 2024.

Tabela 1. Compilação dos índices de assassinatos de pessoas trans no Brasil, a partir dos dados da ANTRA (2017-2024)

Ano	Número quantitativo total de assassinatos de pessoas trans e travestis no Brasil	Porcentagem de mulheres trans e travestis assassinadas (%)	Porcentagem de assassinatos das profissionais do sexo em relação ao número total de casos (%)	Porcentagem de vítimas “negras” (“pretas ou pardas”) assassinadas em relação ao número total de casos (%)
2017	179	94% (169 dos casos)	pelo menos 70%	80%
2018	163	97,5% (158 dos casos)	pelo menos 65%	82%
2019	124	97,7%(121 dos casos)	sem informação exata	82%
2020	175	100% (175 dos casos)	pelo menos 72%	78%
2021	140	96% (135 dos casos)	pelo menos 78%	81%
2022	131	99% (130 dos casos)	pelo menos 54%	76%
2023	145	93,8% (136 dos casos)	pelo menos 57%	72%
2024	122	95,90% (117 dos casos)	sem informação exata	pelo menos 54,91%

Fonte: dados tabulados a partir dos dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025).

Em suma, ressaltamos que mata-se mais mulheres trans e travestis profissionais do sexo “negras”. Além disso, ao longo dos anos, nota-se uma vulnerabilidade daquelas que exercem sua transfeminilidade em espaços públicos, seja no trabalho sexual, seja por só existirem. Judith Butler (1990), nesse sentido, afirma que o gênero, enquanto performance, envolve consequências claramente punitivas. Ao passo que a distinção de gênero faz parte da socialização dos indivíduos dentro da cultura contemporânea ocidental, quem não desempenha essa distinção dentro da normatividade, é regularmente punido - às vezes com a morte. Na rua, os atos performativos de gênero se tornam perigosos. A autora dá um exemplo da performance de gênero de uma travesti que, enquanto está no palco de uma peça de teatro, pode suscitar admiração e aplausos, enquanto que encontrá-la em um ônibus pode despertar medo, raiva e até mesmo violência.

Outro dado alarmante é fornecido pelo projeto de pesquisa “Transrespect versus Transphobia Worldwide” (TvT) do Transgender Europe (TGEU), que monitora dados de assassinatos de pessoas trans e travestis ao redor do mundo. Na pesquisa coletada no ano de 2021, do dia 1 de outubro de 2020 ao dia 30 de setembro de 2021, verificou-se que 2021 foi o ano mais mortal para a população trans desde que começaram a coletar esses dados. O Brasil segue sendo o país que mais mata essa população. Segundo este levantamento, no período mencionado, 375 pessoas trans e de gênero diverso foram assassinadas no mundo, sendo que 96% dos assassinatos globalmente eram mulheres trans ou pessoas transfemininas. Do número total de pessoas trans assassinadas, 58% eram profissionais do sexo.

Villada, travesti, escritora e atriz argentina, que já trabalhou como profissional do sexo, escreve: "ainda não sei que a morte sempre esteve ao meu lado, desde que nasci, que tem o meu nome tatuado na testa, que me dá a mão todas as noites, que se senta comigo à mesa e respira no meu ritmo" (2021: 193). Inúmeras vezes a autora fala sobre um “destino”, sugerindo que a prostituição se configura como uma imposição para a travesti. Por exemplo, “tenho a determinação de não virar prostituta, acho que posso conseguir e não acabar como todas. Mas também me pergunto quem sou eu para não acatar o destino que todas acatam” (*idem*: 61). Ou: “quem dorme naquela noite é a metade de mim mesma. A outra metade começa a ser devorada pelo destino que lhe programaram: ser puta” (*ibidem*: 69). Marilac (2019), youtuber, comunicadora, escritora

e ativista LGBT brasileira, se pergunta: “já era puta — há outro destino, meu Deus, pra travestis?” (Marilac, 2019: 13). Brenda, que participou do projeto “Translado”, conta que “todo homem que vê uma travesti vai chegar nela e vai perguntar quanto que é o programa” (2018: 65) e continua dizendo que a travesti vai ser sempre vista como objeto de sexualidade. Moira (2018: 35-36) também pontua sobre essa condição ao dizer:

(...) aí, de repente, descubro que isso [o trabalho sexual] é talvez a única profissão que, enquanto travesti, terei fácil pela frente. Sou tratada igual puta bem antes de me assumir puta, quase uma tatuagem na testa: bastou me verem travesti e já começa o assédio, assédio de que nunca tive notícia enquanto eu posava de homem.

O trabalho sexual, na maioria esmagadora das vezes, se apresenta como única “opção” para as mulheres trans e travestis. Ao mesmo tempo, Moira (2020) argumenta que é no trabalho sexual que mulheres trans e travestis são respeitadas em relação ao seu gênero em detrimento de outros espaços públicos e privados, como família, escola, mercado formal de trabalho. Além disso, Moira enxerga a prostituição como uma forma de trabalho precário — especialmente aquela exercida nas ruas durante a madrugada, marcada por uma alta rotatividade de clientes e baixos valores pagos. O capital força o corpo à prova, não importa se é na penetração sexual, nas cordas vocais atrofiadas de um professor ou na pele queimada pelo sol de um lavrador. No final, todas as pessoas estão interligadas na amálgama destrutiva do trabalho abstrato.

O problema não está na essência qualquer que o trabalho sexual aparenta ter; antes, está na violência patriarcal, na divisão racial do trabalho e nas forças coercitivas do trabalho abstrato. O assédio sexual ou moral, por exemplo, aparece no mundo do trabalho formal reiteradamente e não é comumente lido como um apriorístico de qualquer que seja a profissão. No caso do trabalho sexual, a violência e a exploração são colocadas na conta do sexo e não do trabalho enquanto forma de exploração por excelência do capitalismo, ocultando, pois, o cerne da questão. O trabalho sexual é tão legítimo quanto as outras formas de trabalho, mas justamente por ser trabalho é opressor tanto quanto os outros. Esse giro é fundamental para compreender a reflexão que, por fim, buscamos trazer.

Preciado (2020: 97) argumenta que:

(...) a primeira causa de alienação na prostituta não é a extração de mais-valia do trabalho individual, mas depende antes de tudo do não reconhecimento de sua subjetividade e de seu corpo como fontes da verdade e do valor: trata-se de poder afirmar que as putas não sabem, que as putas não podem e que não são sujeitos políticos nem econômicos em si mesmos.

Moira, por sua vez, critica o “conservadorismo radical” de algumas alas do feminismo ao considerar a trabalhadora sexual uma “explorada”, independente de suas vontades. Segundo a autora, “para esse feminismo o sexo não poderá jamais ser considerado serviço, sexo jamais poderá merecer um valor, ainda que seja uma das experiências humanas mais essenciais, mais incontornáveis” (Moira, 2018: 135). Em seguida, Moira reclama melhores condições de trabalho para as profissionais do sexo, para exercerem a profissão com segurança, sendo melhor remuneradas, reduzindo o peso dos estigmas.

A crítica do valor-dissociação acentua uma esfera "separada" do trabalho, a ser o seu revés, instituída como a esfera privada doméstica e da família. A mulher, assim sendo, sofre da dupla socialização. Contudo, o sexo também parece estar cindido nessa esfera “feminina”, dissociada do mundo do trabalho, não sendo assimilado pelo mercado. A outra dimensão é a invenção da “raça”, a fim de pensar em como ela foi criada para direcionar as populações “não brancas” para outras formas de atividade humana que não fossem o trabalho assalariado ou para submetê-las às condições de superexploração assalariada.

À medida em que a crise do trabalho produtor de valor avança e se intensifica, as pessoas transexuais e travestis compõe em diversos níveis e camadas as populações negadas sistematicamente nesse processo e que sofrem de forma direta e violenta o asselvajamento do patriarcado produtor de mercadorias: por serem trans, por serem mulheres, por serem “negras”, por serem trabalhadoras sexuais.

4. Considerações finais: “Determino que termine em nós e desate e que amanhã, que amanhã possa ser diferente p’ra elas”⁶

Muitas são as questões que emergiram ao longo desta pesquisa, e certamente algumas que apareceram no decorrer deste texto que precisam de uma maior atenção. Um aspecto muito importante é a questão da segurança pública e da violência policial direcionada às trabalhadoras sexuais, acompanhada de uma cruzada de reiterados processos de criminalização tanto do trabalho sexual, quanto da identidade travesti (Vidal, 2020; Sander, 2021). Quinalha (2020) dedica parte de seu livro “Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT” a pensar em como os dispositivos das polícias da ditadura civil-militar no Brasil serviram para fazer um

⁶ “Oração”, letra de música de Linn da Quebrada part. Jup do Bairro, Alice Guél, Danna Lisboa, Liniker, Ventura Profana, Urias e Verónica Decide Morrer.

“saneamento moral” nos grandes centros urbanos, perseguindo, prendendo e violentando corpos dissidentes, sejam LGBTs, sejam trabalhadoras sexuais, ou mesmo ambos. Além disso, a escala antigênero global (Butler, 2024) que vem sendo gestada nos últimos anos parece ser um sintoma dessa crise estrutural, afetando diretamente as mulheres e a comunidade LGBT+.

Deixamos esses elementos aqui elencados, tanto no sentido de reconhecer os limites de uma investigação ainda em desenvolvimento, quanto para ressaltar os desafios postos para quem parte do materialismo histórico-dialético, isto é, das concepção de Marx e do marxismo para compreender uma realidade contemporânea com tantos elementos. Os desafios se estendem desde a necessidade de ir além do marxismo tradicional e buscar aprofundar a caracterização do capitalismo que vivemos hoje, pensando-o com a crítica do valor-dissociação como patriarcado produtor de mercadorias em crise, até mobilizar autores de outros campos teóricos que compreendemos como diálogos possíveis para enriquecer a análise de uma população tão estigmatizada e negligenciada, e que agrega em si os elementos de negação social que a colocam como alvo das violências de uma sociedade asselvajada.

Se o marxismo tem avançado nas discussões sobre feminismo e mesmo o tema LGBT, em relação às transexualidades e à travestilidade há pouquíssima elaboração. Ainda mais raros são trabalhos que buscam problematizar essa miríade de elementos: crise capitalista, trabalho sexual, questão racial, gênero e transgeneridade/transexualidade. Assim, mesmo com o risco de incorrer em apreciações que carecem de aprofundamento e elementos de conexão, buscamos apresentar essa pesquisa pois a entendemos como expressão de um desafio atual monumental ao pensamento crítico radical.

Como um possível desdobramento de pesquisa, o crescimento de profissionais do sexo que atuam mediante plataformas digitais alça um novo campo teórico-epistemológico-prático para as discussões sobre a crise estrutural e mercado do sexo. Esse fenômeno que ganhou expressividade em um contexto (pós-)pandêmico e globalizado, pode ser colocado em diálogo com a questão dos motoristas e entregadores que atuam por aplicativo, no sentido de mobilizar questões de autonomia, "empreendedor de si mesmo" e um sintoma da dissolução do trabalho abstrato. Preciado (2023: 261) denomina o processo pelo qual o sexo se torna trabalho como "pornificação do trabalho".

Por fim, é impossível pensar uma superação da crise dentro dos mesmos moldes que a (re)produz. Mas como superar a estrutura valor-trabalho que fundamenta as sociedades capitalistas, ainda que em profunda crise? Ainda, como abordar a questão do mercado do sexo, seja nacional ou transnacional, em um contexto de ataque global às agendas de gênero e sexualidade alinhado a uma crise da sociedade do trabalho, cujo desmonte está se tornando a regra? No ensejo das lutas sociais e dos direitos humanos, pensar a ultravulnerabilização que as/os trabalhadoras/es do sexo estão expostas/os requer uma articulação complexa entre agência e estrutura, articulando questões legais, morais, de identidade e resistência a um contexto mais amplo de crise estrutural do patriarcado produtor de mercadorias.

A política, por sua vez, não tem sido capaz de fornecer saídas para esse desafio, isso porque ela está inscrita em uma racionalidade estatal e, portanto, dá respaldo ao trabalho: “a sua luta [dos inimigos do trabalho] não é política, mas sim antipolítica” (Krisis, 1999). Não à toa que em inúmeros territórios do Brasil, há associações, movimentos sociais e redes de apoio constituídas por trabalhadoras sexuais, que desenvolvem tecnologias, relações sociais e materialidades que buscam contornar a atuação do Estado, para mitigar a precarização, o estigma e as violências de gênero e de “raça” imbricadas no contexto do mundo do trabalho, mas, aqui, no mercado do sexo. Assim, arriscamos afirmar que pensar a crítica ao trabalho sexual sem alcançar o fulcro da questão, que é o próprio trabalho e seus imperativos patriarcais e racistas, acaba por ser somente um ataque às/aos profissionais do sexo. O problema está no trabalho - e não no sexo.

5. Referências bibliográficas

ABÍLIO, Ludmila. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? Questões do trabalho. *Estudos Avançados*, n. 34 (98), Jan-Apr 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). *Pesquisas anuais*. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/assassinatos/>>. Acesso em: 27/03/2025.

BRASIL. **Lei no 12.015, de 7 de agosto de 2009**. Altera disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal, relacionados aos crimes de violência sexual. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 ago. 2009. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-12015-7-agosto-2009-590268-publicacaooriginal-115434-pl.html>>. (Acesso em: 02/04/2025)

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. **Caderno de Leituras**, n. 78, 1990.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>>. Acesso em: 02/04/2025.

G1. Estudo revela que 0,38% dos postos de trabalho no país são ocupados por pessoas trans. **GloboNews – Jornal das Dez**, 15 maio 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/globonews/jornal-das-dez/noticia/2024/05/15/estudo-revela-que-038percent-dos-postos-de-trabalho-no-pais-sao-ocupados-por-pessoas-trans.ghtml>>. Acesso em: 14 abr. 2025.

GONÇALVES, S. N. **Mulheres dos escombros:** a condição das mulheres periféricas em tempos de catástrofes. Rio de Janeiro: Revan, 2019.

GONZALEZ, Lélia.; RIOS, Flávia; LIMA, Marcia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. 1. edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

KURZ, Robert. Crise e crítica: **O limite interno do capital e as fases do definhamento do marxismo**. 2010. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz410.htm>>. Acesso em: 03/04/2025.

KURZ, Robert. **Dinheiro sem valor**. Lisboa : Antígona, 2014.

KRISIS. **Manifesto contra o trabalho**. 1999. Disponível em: <<https://www.krisis.org/1999/manifesto-contra-o-trabalho/>>. Acesso em: 03/04/2025.

MARILAC, Luísa; QUEIROZ, Nina. **Eu, travesti:** memórias de Luisa Marilac. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2019.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. SP: Abril Cultural, 1983. Livro 1.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

MOIRA, Amara. **E se eu fosse pura**. São Paulo: Hoo Editora, 2018.

MOIRA, Amara. A prostituição como trincheira trans. **Revista Contraste**, n. 6, 2020, p. 114-119.

PISCITELLI, Adriana. Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas – novas questões conceituais. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 47, p. 132–162, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8647258>. Acesso em 22 nov. 2024.

PITTA, Fabio. As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008. **Tese de Doutorado**. USP, 2016.

PRECIADO, Paul B. Em defesa do trabalho...sexual. In: **Um apartamento em Urano: Crônicas da travessia**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

PRECIADO, Paul B. **Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. 1ªed - Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

Research on murders of trans and gender-diverse people around the world. Disponível em: <<https://transrespect.org/en/>>. Acesso em: 12/09/2022.

SANDER, Vanessa Serra e Meira. **Pavilhão das sereias: uma etnografia dos circuitos de criminalização e encarceramento de travestis e transexuais**. 2021. 1 recurso online (255 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/3194>. Acesso em: 14/04/2025.

SCHOLZ, Roswitha. O asselvajamento do patriarcado na pós-modernidade. In: **O sexo do capitalismo (1998)**. Disponível em: <https://www.exit-online.org/druck.php?tabelle=autoren&posnr=38>. Acesso em: 25/07/2022.

SCHOLZ, Roswitha. O valor é o homem – Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. Site **EXIT**, 1992.

GERMAN, Tomás *et al.* **Translado: narrativas trans da Av. Pedro II**. Belo Horizonte: Favela é Isso Aí, 2018.

VIDAL, J. S. **Criminalização operativa: travestis e normas de gênero**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/32831>>. Acesso em: 14/04/2025.

VILLADA, Camila Sosa. **O parque das irmãs magníficas**. São Paulo: Planeta, 2021.

VILLADA, Camila Sosa. **Sou uma tola por te querer**. São Paulo: Planeta Brasil, 2022.